

5 Conclusão

Os capítulos anteriores discutiram a evolução das forças armadas do Timor e do respectivo envolvimento da ONU no país, o desenvolvimento da agenda de SSR na Organização, e a inserção da agenda em uma fase “pós-moderna” de organização militar. Argumentou-se que o avanço da agenda de SSR, mesmo contestada, permitiu enquadrar a crise de maio de 2006 como decorrente, entre outros, de deficiências no setor de segurança. Permitiu, também, a autorização de um mandato específico para a ONU, tida como competente e legítima, no setor. O estudo de caso mostrou como as interpretações do SRSG, da missão e do Secretariado abstiveram a UNTAET de um papel protagonista, apesar da autoridade do mandato e as claras necessidades de uma força incipiente. Mesmo após a crise e a autorização de mandatos ambiciosos em outras situações pós-conflito, entretanto, o mandato para SSR foi moderado, ressaltando o papel do jogo político. As palavras do SRSG Hasegawa em maio de 2006 são representativas (S/PV.5432:5):

Em relação ao Timor-Leste, país que as Nações Unidas ajudaram a nascer em 1999, o que é exigido de nós agora é uma mudança de nossas percepções, premissas, ou da lente pela qual enxergamos este país em crise. Os líderes e o povo pedem nossa assistência para ajudá-los a resolver os problemas que não pretendíamos criar quando as Nações Unidas ajudaram a restaurar sua independência em 2002.

O processo político que traduziu concepções dinâmicas sobre o papel da ONU e as necessidades do terreno em mandatos e implementação concretos poderia ser melhor compreendido com a entrevista de pessoas envolvidas e o acesso aos arquivos das missões. Nesse quesito, inaugura-se um momento interessante, em que o prazo de vinte anos dos arquivos das primeiras operações multidimensionais do final dos anos 1980 começa a expirar. O acesso a essas informações permitirá uma maior compreensão das novas operações de paz, e mesmo quanto a aspectos que só viriam mais de uma década depois, como a SSR.

Esta dissertação estudou a influência da evolução da agenda sobre a atuação da ONU no caso do Timor. A compreensão da agenda certamente se beneficiaria de um estudo comparativo sistemático sobre as interpretações do terreno e formulação de mandatos em outros casos, como Libéria, Congo e Burundi.

A agenda de SSR se insere em um contexto de maior ativismo e intervencionismo das operações de paz. Uma questão para pesquisa, talvez mais técnica, é a medida em que as relações civil-militares de países que emergem de conflitos constituem um subconjunto coerente da problemática mais geral das relações civil-militares dos países em desenvolvimento. Está certo que compartilham entre si o enquadramento do problema e a respectiva resposta pela comunidade internacional. Para além de deficiências compartilhadas com outros países frágeis, entretanto, seria útil identificar riscos particularmente graves legados pelo conflito (ou mesmo propiciaram o conflito), bem como modalidades de intervenção que não estariam abertas ou não surtiriam o mesmo efeito fora do contexto pós-conflito. Uma segunda questão para pesquisa é a medida em que a agenda contribui para um papel “neo-colonial” das operações de paz, seja em termos concretos como parece temer o Movimento Não-Alinhado, seja em termos mais abstratos com a difusão ou imposição de um modelo liberal ocidental de relações civil-militares (Anghie, 2002; Paris, 2002).

A agenda de SSR se insere em um momento discutivelmente “pós-moderno” de organização militar. O estudo do papel de operações na conformação de relações civil-militares sugere a consideração das relações civil-militares das próprias operações. Os estudos mais comuns talvez se concentrem na situação no terreno, nas relações entre os contingentes nacionais, suas respectivas capitais, a hierarquia da organização, o componente civil, as ONGs, a mídia e a população local. Há também um momento prévio, o estudo da influência de determinado padrão de relações civil-militares sobre a posição de um país a respeito das operações de paz, principalmente a decisão de contribuir tropas. Trata-se de um processo decisório relativo a política externa, fenômeno para o qual existe vasto aparato intelectual, mas parece haver um nicho para a perspectiva própria do estudo de relações civil-militares. A SSR seria um terceiro momento, as relações civil-militares legadas pela operação de paz. Cada momento tem “civis” e “militares” diferentes: contingentes nacionais e civis no terreno no primeiro; governo e forças armadas no segundo; componente civil e

força incipiente no terceiro. Os três, entretanto, poderiam se beneficiar de um estudo mais sistemático tributário tanto da literatura sobre operações de paz quando de relações civil-militares.

Por fim, o momento contemporâneo, “pós-moderno” ou não, não coincide plenamente nem com o modelo de Westfália, da Carta, ou Cosmopolita apresentados por Held. A discussão sobre a internacionalização do uso da força costuma recorrer ao exemplo da OTAN. Mas o número de tropas servindo em operações de paz da ONU pelo mundo perde apenas para tropas americanas. Não se trata do exército de um Estado mundial, mas tampouco de exércitos nacionais operando de forma tradicional. Edmonds argumenta que não há absolutamente nada além da soma das partes. Mas o arcabouço diplomático internacional concede legitimidades, impõe normas, influencia fluxos de informação e assume algumas funções burocráticas e administrativas que Edmonds reconhece como base da influência de ministérios domésticos. Há menos analistas que argumentariam que organizações internacionais não são nada além da soma das partes.

Se tentar aplicar a perspectiva de relações civil-militares a regiões ou ao globo é presumir a existência de super-Estados, é necessário mudar o vínculo da perspectiva do Estado para a autoridade em sentido mais amplo. Voltando à pergunta: se as operações de paz são os “militares”, a que “civis” correspondem? Aos cidadãos dos países contribuintes, sem dúvida, mas talvez também em alguma medida a todos os Estados-membros. O controle civil, neste caso, passaria não apenas pela representação governamental na organização, mas pela miríade de ONGs que fazem lobby ou atuam no terreno, a mídia e a academia. Para voltar ao SRSB Hasegawa naquele maio de 2006: “Einstein certa vez disse ‘os consideráveis problemas que enfrentamos não podem ser resolvidos no mesmo nível de raciocínio em que estávamos quando os criamos’”. Como está o setor de segurança do mundo?